

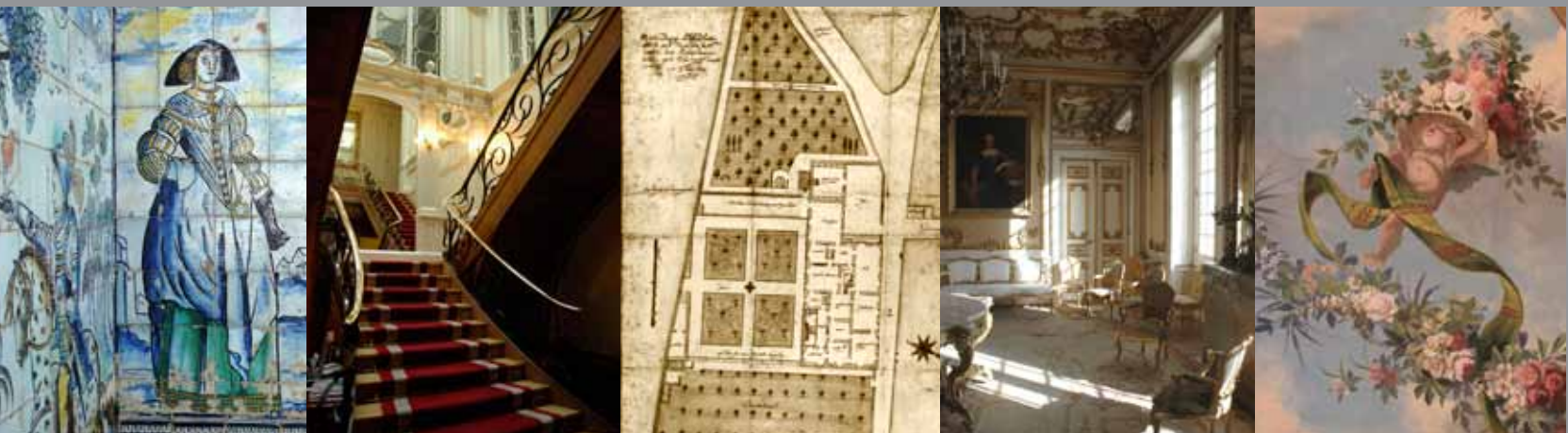
Isabel Mendonça . Hélder Carita . Marize Malta

Coordenação

A CASA SENHORIAL

em Lisboa e no Rio de Janeiro:

Anatomia dos Interiores



Instituto de História da Arte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Escola de Belas Artes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A CASA SENHORIAL
em Lisboa e no Rio de Janeiro:

Anatomia dos Interiores





Coordenação

Isabel Mendonça . Hélder Carita . Marize Malta

A CASA SENHORIAL
em Lisboa e no Rio de Janeiro:

Anatomia dos Interiores

Instituto de História da Arte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Escola de Belas Artes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2014

FCT (PTDC/EAT-HAT/112229/2009)

ISBN: 978-989-99192-0-4
(Universidade Nova de Lisboa)
ISBN: 978-85-87145-60-4
(Universidade Federal
do Rio de Janeiro)

*A Casa Senhorial
em Lisboa e no Rio de Janeiro:
Anatomia dos Interiores*

Design gráfico:
Atelier Hélder Carita

Secretariado:
*Lina Oliveira
Tiago Antunes*

Depósito legal:
383142 / 14

Tipografia:
Norprint

Tiragem:
300 exemplares

LISBOA – RIO DE JANEIRO 2014

Coordenação

Isabel M. G. Mendonça
Hélder Carita
Marize Malta

Edição conjunta

Instituto de História da Arte (IHA) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
ISBN: 978-989-99192-0-4

Escola de Belas Artes (EBA) – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ISBN:

© Autores e IHA

Os artigos e as imagens reproduzidas nos textos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto com a referência EAT-HAT.112229.2009.

ÍNDICE

MECENAS E ARTISTAS. VIVÊNCIAS E RITUAIS

- 18 **Cátia Teles e Marques**
Os paços episcopais nos modelos de representação protagonizados por bispos da nobreza no período pós-tridentino em Portugal
- 44 **Daniela Viggiani**
“L’ Abecedario Pittorico” de Pellegrino Antonio Orlandi
- 64 **Celina Borges Lemos**
André Guilherme Dornelles Dangelo
Solar “Casa Padre Toledo”: o bem cultural como uma conjunção ritualística de espaços e tempos limiares
- 86 **Miguel Metelo de Seixas**
O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento

ARQUITECTURA, ESTRUTURAS E PROGRAMAS DISTRIBUTIVOS

- 112 **Isabel Soares de Albergaria**
O Palácio dos Câmara “aos Mártires” – um caso excepcional da opulência seiscentista
- 134 **João Vieira Caldas**
Maria João Pereira Coutinho
O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII
- 190 **Hélder Carita**
O Palácio Ramalhete, nas Janelas Verdes: uma tipologia de palacete pombalino
- 208 **Ana Lúcia Vieira dos Santos**
Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX: espaço interior e representação social

- 224 **Mariana Pinto da Rocha Jorge Ferreira**
Tiago Molarinho Antunes
O Palácio dos Condes da Ribeira Grande, na Junqueira:
análise do conjunto edificado
- 248 **José Pessoa**
Padrões distributivos das casas senhoriais no Rio de Janeiro
do primeiro quartel do século XIX
- 272 **José Marques Morgado Neto**
As Casas Senhoriais da Belém colonial entre os séculos XVIII e XIX: sob a perspectiva dos relatos de viajantes, da iconografia da época e da remanescência no centro histórico da cidade
- 292 **Gustavo Reinaldo Alves do Carmo**
O Palácio das Laranjeiras e a *Belle Époque* no Rio de Janeiro (1909-1914)
- 318 **Patrícia Thomé Junqueira Schettino**
Celina Borges Lemos
“O Palacete Carioca”. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial da elite e a evolução do papel social feminino no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro
- 338 **Felipe Azevedo Bosi**
Palácio Isabel: o Palácio do Conde e Condessa d’Eu
no Segundo Reinado brasileiro
- 346 **Paulo Manta Pereira**
A arquitetura doméstica de Raul Lino (1900-1918). Expressão meridional do *Arts and Crafts*, ou síntese local de um movimento artístico universal do último terço de oitocentos

A ORNAMENTAÇÃO FIXA

- 366 **Ana Paula Correia**
Memórias de casas senhoriais – patrimónios esquecidos
- 382 **Sofia Braga**
Sobre a Sala Pompeia do Antigo Palácio da Ega

- 404 **Cristina Costa Gomes**
Isabel Murta Pina
Papéis de parede da China em Casas Senhoriais Portuguesas
- 424 **Ana Pessoa**
As Artes Decorativas no Rio de Janeiro do século XIX: um panorama
- 444 **Isabel Mendonça**
Estuques de Paris e “parquets” de Bruxelas num palácio oitocentista de Lisboa
- 472 **Isabel Sanson Portella**
Análise Tipológica dos Padrões dos Pisos de *Parquet* dos Salões
do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete
- 482 **Alexandre Mascarenhas**
Cristina Rozisky
Fábio Galli
A “Casa Senhorial” em Pelotas no século XIX: família Antunes Maciel
- 502 **Miguel Leal**
A Pintura Decorativa do Palacete Alves Machado: um estudo de caso
- 516 **Rosa Arraes**
A função social das decorações e seus ornatos dos palacetes
na *Belle-époque* da Amazônia

EQUIPAMENTO MÓVEL

- 536 **Maria João Ferreira**
Ecos de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores
das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas
- 562 **Marize Malta**
Sumptuoso leilão de ricos móveis... Um estudo sobre o mobiliário das casas
senhoriais oitocentistas no Rio de Janeiro por meio de leilões

Palavras-chave

Heráldica,
Casa Senhorial,
Nobreza,
Família,
Património

Keywords

Heraldry,
Manor houses,
Nobility,
Family,
Heritage

Resumo/Abstract

O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime:
propostas de sistematização e entendimento

O presente texto tem como ponto de partida o levantamento heráldico operado no âmbito do Projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”, nas suas vertentes arquivística, iconográfica e patrimonial. Com base nas manifestações armoriadas arroladas, vem chamar-se a atenção para o interesse de que a Heráldica se pode revestir para o estudo das artes decorativas existentes no interior das casas senhoriais. Mais do que uma análise heráldica praticada em moldes tradicionais – isto é, como instrumento passível de fornecer dados para identificação e datação de comanditários ou de campanhas de obras –, a presente abordagem ambiciona caracterizar, para o período em apreço, o recurso à decoração heráldica tanto em aplicações estruturais do espaço interior, como em objectos de todo o tipo, como elementos decorativos ou funcionais integrados no recheio das casas senhoriais lisboetas. Propõe-se, assim, analisar o conjunto de tais manifestações heráldicas enquanto documento integral que funcionou como forma de auto-representação e de comunicação, conferindo uma mensagem e um sentido concretos aos objectos e aos espaços em que se inseriu.

The use of heraldry within the portuguese noble house along the Ancien Régime:
proposals of systematization and understanding

This paper takes as its point of departure the heraldic survey operated under the project “The Manor House in Lisbon and Rio de Janeiro (XVII, XVIII and XIX). Anatomy of Interiors” in its archival, iconographic and patrimonial sources. Based on heraldic manifestations enrolled, this paper aims to call attention to the interest that Heraldry can take to study decorative arts existing inside stately homes. More than a heraldic analysis practiced in traditional ways - that is, as capable of providing data for identification and dating of commissions -, this approach aims to characterize, for the period under consideration, the use of heraldic decoration both in interior structural applications and in all kind of objects, integrated in the filling of Lisbon's palaces. It is proposed, therefore, to analyze the set of heraldic manifestations such as full document that functioned as a form of self-representation and communication, giving a message and a meaning to concrete objects and spaces.

Miguel Metelo de Seixas. Doutor em História pela Universidade Lusíada de Lisboa, onde é professor auxiliar e director do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos; bolsheiro de pós-doutoramento FCT, integrado no Instituto de Estudos Medievais e no Centro de História de Além-Mar, ambos da Universidade Nova de Lisboa; presidente do Instituto Português de Heráldica; membro do conselho redactorial de *Anais de História de Além-Mar* e director da revista *Armas e Troféus*. Na área da heráldica e da história, tem publicado numerosos livros, obras colectivas, capítulos de livros e artigos.

O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento

Miguel Metelo de Seixas

O presente texto almeja constituir uma primeira caracterização geral da presença heráldica na casa senhorial lisboeta ao longo do Antigo Regime e no século XIX. Tal caracterização só foi possível porque integrada no projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”, que disponibilizou as fontes patrimoniais, iconográficas e documentais que serviram de base à análise consignada nestas páginas¹. Trata-se, por isso, de um dos primeiros projectos que, em Portugal, promoveram a interacção entre a História da Arte e a Heráldica². Tal facto poderá espantar. Mas a verdade é que a relação entre estas duas áreas do saber nem sempre tem sido fácil: de forma geral, pode mesmo afirmar-se que o convívio entre heráldica e produção científica não tem sido, de uma forma geral, nem fácil nem linear.

O texto que se segue não pretende apresentar conclusões definitivas acerca do sentido da presença heráldica na casa senhorial lisboeta, mas antes propor uma série de tópicos de reflexão sobre esse assunto, que possam servir como ponto de partida para futuras pesquisas. Começarei por traçar o enquadramento dos estudos heráldicos na actualidade, procurando salientar a relevância da sua renovação epistemológica. Exporei de seguida uma reflexão genérica sobre as relações entre as manifestações heráldicas e a construção da identidade e da memória das famílias nobres, com especial incidência na relação que essas manifestações estabelecem com os espaços igualmente definidores da condição nobiliária. Por fim, proporei uma caracterização da presença de elementos heráldicos quer no exterior, quer no interior das casas senhoriais, apresentando algumas linhas para o seu entendimento com base no papel socio-cultural que desempenharam.

QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

O afastamento ainda vigente entre o conhecimento histórico e o conhecimento heráldico radica na peculiar construção deste último saber, desde finais da Idade Média e ao longo de

toda a Idade Moderna, em íntima – para não dizer intrínseca – ligação com o conceito de nobreza e com os estudos genealógicos e nobiliárquicos³. Confinando-se voluntariamente a uma linguagem e uma gramática específicas (razoavelmente impenetráveis para o leigo), o saber heráldico assumiu a forma de ciência da armaria ou do brasão, de teor claramente técnico, normativo e a-histórico. Tal saber manteve porém – é importante ressaltá-lo – relações fluidas, por vezes lassas, com a realidade heráldica: esta continuou a constituir-se como fenómeno social e cultural muito mais diversificado do que as obras teóricas queriam fazer crer.

As obras heráldicas dividiram-se em duas grandes tipologias: por um lado, os tratados de armaria, que compreendiam geralmente uma história (em parte real, em parte imaginária) da heráldica e a enumeração das regras de composição, de uso, de descrição e de transmissão das armas; por outro, os armoriais, ou seja, descrições ou representações de conjuntos de armas reais e imaginárias⁴. Juntos, tratados e armoriais transmitiam uma imagem profundamente hierarquizada da sociedade, segundo uma ordem ideal provida das definições de nobreza, de sociedade de corte, de hierarquia construída em redor da figura do rei. À medida que se verificava o processo de centralização do poder régio, de afirmação da nobreza segundo os modelos pós-medievais (centrados na corte) e de cristalização das formações políticas e sociais típicas da Idade Moderna, o saber heráldico passou a gozar de uma extraordinária divulgação⁵. Tornou-se numa componente essencial de todo membro da elite aristocrática – ou de quem almejava vir a fazer parte dela; e parte integrante também do imaginário social, cultural, artístico e literário da Idade Moderna⁶.

No século XIX, tanto a heráldica como o saber heráldico sofreram profundas alterações⁷. Do ponto de vista da sua utilidade, a heráldica foi então confrontada com o declínio das duas instituições que a tinham instrumentalizado ao longo da Idade Moderna: a Coroa, que passou a desempenhar um papel cada vez menos significativo no equilíbrio político; e a nobreza tradicional e a própria estrutura linhagística, que perderam a sua importância política e social. Tanto a Coroa como as linhagens nobres deixaram de ser elementos estruturantes da sociedade. Daí também o desenvolvimento de diversos tipos de heráldica não-linhagística, alguns dos quais já existiam desde a Idade Média mas se encontravam ofuscados pelo predomínio nobiliárquico: dos Estados e das entidades supra-estatais, das comunidades cívicas, das associações desportivas (com os clubes de futebol à cabeça), das empresas comerciais; daí também a plena integração da heráldica na sociedade industrial, como elementos promotor de publicidade a determinados marcas e produtos (em sentido meramente estatístico, a nossa época é talvez a mais heráldica de todas). Daí, por fim, a heráldica literária e artística: alguns movimentos apreciaram deveras as perspectivas

abertas pela heráldica (com o romantismo à cabeça, claro, mas também o simbolismo e o surrealismo). Mantendo uma ilusória aparência de continuidade, a heráldica entrou por inteiro na sociedade burguesa, capitalista e de consumo de massa.

Também o saber heráldico foi atingido pelo furacão revolucionário oitocentista e começou a ultrapassar a dimensão técnica, normativa e a-histórica a que havia até então ficado confinado. Não que essa dimensão tivesse deixado de existir: ainda hoje se continuam a produzir manuais de heráldica e tratados de armaria ou armoriais em tudo semelhantes aos que foram coligidos ao longo dos séculos XV a XIX. Mas a heráldica passou a integrar igualmente o contexto historiográfico romântico e positivista característico deste último século, patente em dois tipos de obras:

- Compilação e estudo das fontes, elaboração de inventários: de cartas de armas (do Visconde de Sanches de Baena a Nuno Borrego), de armoriais (de Braamcamp Freire a Manuel Artur Norton), de selos (Marquês de Abrantes), de monumentos armoriados, para os quais existem inventários de âmbito local e regional, mas não nacional⁸.

- Obras de saber técnico, de exploração filológica das fontes, tendo em vista a obtenção do maior número possível de “dados fiáveis”: a heráldica constrói-se então como “ciência auxiliar da História”, ao mesmo título que a esfragística, a epigrafia, a codicologia, a cronologia, a genealogia, a diplomática, a numismática, etc.⁹

Na sua relação com a História, a heráldica passou então a ser amiúde usada como instrumento de identificação (de comanditários, destinatários, utilizadores, possesores) e de datação, fornecendo assim, na expressão de Michel Pastoureau, “un microcosme au service de l'historien” e “un état civil au service de l'archéologue”¹⁰. Não obstante tal utilidade, transparece uma posição habitual dos historiadores (e historiadores da arte) em relação à heráldica e aos heraldistas, feita de desconfiança, impaciência ou menosprezo para com um saber tido como antiquado e uma linguagem difícil e intimidatória (e porventura um pouco ridícula nestes tempos democráticos). Os heraldistas, por sua vez, assumem, a maior parte das vezes, uma circunscrição voluntária aos aspectos técnicos, voltando-se para a produção de obras de pura erudição e marcando, assim, distanciamento em relação ao mundo universitário¹¹. Os heraldistas têm-se mantido assim, de maneira geral, isolados nos redutos das suas associações e academias próprias.

Não obstante este divórcio (que em muitos casos se mantém actual), a heráldica beneficiou de uma renovação epistemológica a partir de meados do século XX, baseada no estudo do fenómeno heráldico enquanto forma de história cultural, das mentalidades, social, política, militar e da arte. Nessa renovação, a obra de Michel Pastoureau assumiu um papel fulcral, condensado no seu tratado de heráldica¹². Como indicou Faustino Menéndez

Pidal, os emblemas heráldicos devem ser compreendidos como construções culturais destinada a determinados fins de afirmação social e política, inserida nos quadros mentais das sociedades que a geraram, acolheram ou perpetuaram¹³. Mas, antes de corresponderem a qualquer tipo de abstracção, as armas preenchem sempre (e desde sempre) uma função primordial como emblemas visuais de identificação e, por conseguinte, funcionam como fenómeno comunicacional. As armas têm, assim, os seus emissores, os seus receptores, as suas formas, os seus materiais, as suas localizações, os seus significados tendencialmente variáveis, sobreponíveis, intercambiáveis. Essa é a sua essência. E como tal devem ser estudadas.

O que se afirmou acerca das relações genéricas entre Heráldica e História pode transplantar-se, *mutatis mutandi*, para o caso específico da História da Arte¹⁴. De uma forma geral, os historiadores da arte tendem a ver na Heráldica, na melhor das hipóteses, um instrumento de identificação e de datação, remetendo-a, assim, ao papel de “ciência auxiliar da História”, granjeado nos enclausuramentos disciplinares do século XIX. Mas a Heráldica pode ir muito além desse mero papel de fornecedora de dados auxiliares para a pesquisa histórico-artística, como já procurei mostrar ao estudar o caso específico das relações entre património artístico e manifestações heráldicas do rei D. João II¹⁵.

No âmbito do projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (sécs. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”, puderam evidenciar-se as potencialidades da heráldica para o entendimento de determinado conjunto de pinturas e da casa senhorial em que as mesmas se inseriam, procurando chamar a atenção, contudo, para a necessidade de uma visão de conjunto da integração da heráldica na casa senhorial luso-brasileira¹⁶. Como assinalei na altura, a compreensão de casos específicos é decerto importante, mas não deve deixar de lado a necessidade de começar a traçar visões de conjunto, até agora inexistentes. Daí a importância e inovação deste projecto no domínio da Heráldica: porque, ao contrário do que tantas vezes se vê escrito, os emblemas heráldicos não são apenas um retrato abstracto. Eles correspondem a práticas concretas de representação; agem como sinais visuais articulados em código, submetidos a modas, integrados em práticas sociais e em contextos culturais. As análises de casos isolados tendem, portanto, a falsear os dados: para minorar este risco, deve-se procurar ter uma visão de conjunto tão vasta quanto possível. E tal torna-se possível com um enquadramento institucional e científico como o deste projecto, capaz de fornecer os meios para que se proceda ao levantamento do património heráldico existente (ou que existiu) no interior das casas senhoriais. Só esse esforço poderá permitir uma compreensão integrada da Heráldica enquanto fenómeno social e artístico. No presente artigo, pretendo dar cumprimento ao desafio assim lançado.

HERÁLDICA E IDENTIDADE: ESPAÇOS E OBJECTOS DE MEMÓRIA

Com base quer nas fundamentadas tipologias e análises que Faustino Menéndez Pidal traçou para o caso espanhol¹⁷, quer nos estudos pontuais existentes para a realidade portuguesa¹⁸, não será ousado afirmar que o surgimento da heráldica no século XII e a sua difusão e transformação nos séculos XIII e XIV acompanharam as alterações da sociedade medieval, em particular no que se prendia com dois aspectos: a crescente necessidade de identificação individualizada (devido ao aumento brutal dos contactos intercomunitários e o gradual abandono da autarcia) e a modificação das estruturas de parentesco¹⁹. Assim, o carácter hereditário das armas, num primeiro momento trazidas sem diferença significativa por todos os membros que clamavam pertencer a determinada estirpe, reflectia a importância da inserção do indivíduo no seio de uma rede familiar horizontal (cognática). À medida que o modelo cognático foi sendo abandonado em favor da linhagem vertical, agnática, as armas tenderam a diferenciar-se, formando signos identificativos dessas linhagens (porventura próximos e derivados dos sinais proto-heráldicos das estirpes anteriormente existentes) ou até mesmo de indivíduos e ramos delas²⁰. Mas tal fenómeno de modificação da estrutura básica da linhagem e da correspondente alteração estrutural da heráldica de família não só revelou um carácter fortemente diferido quando comparado com outras áreas europeias, como, na verdade, nunca se afigurou completo, acabado, para o caso português. Será limitativo, para não dizer errado, falar de atraso: trata-se antes de uma peculiaridade do Ocidente peninsular, em que a perpetuação do uso de armas semelhantes espelha uma realidade diferente da que se implantou na área “clássica”, como a denomina Faustino Menéndez Pidal, ou seja, o núcleo anglo-franco-germânico, com as suas extensões do Norte de Itália e Oriente da Península Ibérica.

Quando se verificaram as circunstâncias históricas da transição da Idade Média para a Moderna, em particular as que envolveram a centralização do poder régio e a redefinição da função e da auto-representação da nobreza, o antigo sistema heráldico, com a natureza assumida e igualitária das armas ostentadas por todos quantos se reviam em determinada linhagem, não foi abandonado: antes passou a coexistir com outro sistema, em que as armas passaram a ser diferenciadas e submetidas à autoridade da Coroa²¹. Deste modo, ao longo dos séculos XIII e XIV, começou a desenhar-se em Portugal a ligação entre determinada insígnia e o respectivo apelido, ambos entendidos como forma de representação das linhagens então em fase de afirmação, segundo o modelo agnático. Na construção da identidade linhagística, tendeu pois a fixar-se uma relação entre a consciência da perpetuação genealógica vertical de uma família e os dois principais elementos abstractos que permitiam a sua identificação: a onomástica e a heráldica. A chave para o sucesso dessa relação passava pelo seu carácter

estável, permanente. Só assim os diversos membros da família podiam rever-se em tal perenidade genealógica: o uso do apelido e das armas, ambos continuamente mantidos ao longo de gerações e associados um ao outro, constituía sinal de pertença à linhagem. Mais ainda, era entendido como penhor dessa mesma pertença.

Ao contrário porém do que acontecia com o nome, que se inseria no sistema semântico da linguagem e teria, em tempos de analfabetismo predominante, uma aplicação primordialmente fonética, as armas, também pela sua natureza, impuseram-se como cultura visual²². O que significa que, antes de constituírem qualquer tipo de registo escrito (como mais tarde aconteceu), elas foram aplicadas e transmitidas por via das suas manifestações plásticas. O entendimento da heráldica como cultura visual revela-se, portanto, como um passo essencial para compreender a natureza e as funções dos sinais que formam o seu léxico.

Por esta sua natureza de sistema visual de identificação das linhagens, a heráldica estabeleceu desde logo uma relação preferencial, quando não intrínseca, com determinados registos materiais. Naturalmente, ela tendeu a carregar os objectos que desempenhavam uma função identificativa do indivíduo ou da linhagem, como os selos, as bandeiras, o equipamento bélico ou de torneio. Alguns desses objectos, como o anel sigilar, podiam ser transmitidos de geração em geração e, assim, condensar as duas identificações: tanto serviam de demonstração de identidade individual bem como de evidência de perpetuação da família. Além da sua presença em objectos, as insígnias heráldicas foram apostas em determinados lugares, que poderão ser caracterizados como *lugares de memória*, isto é, dotados de carga simbólica como referência para a construção da memória de cada linhagem. Tais lugares podiam estar relacionados, de formas variáveis, com o exercício ou a invocação do poder militar ou jurídico-administrativo, ou com a posse efectiva de um conjunto de bens dotados de relevância efectiva e simbólica²³.

Sobressaíam os casos de presença das insígnias heráldicas no património de natureza vincular, quer nas pedras de armas identificativas da edificação entendida como cabeça ou sede do morgado, quer nos marcos que serviam para definição visual das suas delimitações territoriais²⁴. Não menos importante era a apropriação de alguns espaços de natureza sagrada, por via do sepultamento geralmente em capela própria: primeiro, por presença heráldica em monumentos funerários, fossem lajes ou sarcófagos; depois, em acumulação com as modalidades anteriores, por inserção das insígnias na própria estrutura do templo, quer em lápide evocativa encastrada, quer em pedra de armas colocada no arco de entrada da capela ou no fecho da sua abóbada²⁵. Tais expedientes de profusão heráldica nas igrejas foram-se difundindo de forma notória, até se tornarem num estratagema comum de afirmação linhagística e levarem ao que Laurent Hablot designa como uma progressiva

heraldização do espaço sagrado²⁶.

Note-se que a formação e definição dos emblemas heráldicos se verificou em associação às famílias mas também às instituições que por via deles não apenas vincavam a sua identidade como demonstravam visualmente a sua permanência e estabilidade. Ou a sua almejada perenidade. Nesse sentido, a heráldica era entendida e utilizada como instrumento de perpetuação das famílias e das instituições, e bem assim como instrumento de construção desse esforço e entendimento de continuidade. A própria noção abstracta das armas reforçava e actuava como agente de construção e de solidificação da existência histórica das entidades que elas representavam. Por vezes, o ónus da prova chegava a inverter-se: as armas passavam a constituir e a ser invocadas como demonstração (porventura a única) da antiguidade, legitimidade e continuidade de uma estirpe ou de uma instituição.

O código visual heráldico funcionava em conjugação com outras formas de identificação pessoal, familiar ou institucional. Na Península Ibérica, a heráldica parece ter surgido, como tal, antes do nome de família fixo, ou seja, do sobrenome ou apelido. As armas recorriam a um código abstracto, de natureza visual, com dois níveis de abstracção (tal como acontecia com o nome)²⁷: primeiro, o escudo foi entendido como campo abstracto das armas, que podiam portanto ser figuradas numa representação do escudo e não somente no próprio escudo/objecto; depois, foi definido um ordenamento heráldico, composto mediante um vocabulário, uma sintaxe e uma gramática específicas, que vieram a constituir o brasão.

A construção da noção das famílias enquanto linhagens pressupunha a sua continuidade ao longo do tempo e a conservação de uma memória própria: as armas condensavam, exprimiam, representavam e provavam, precisamente, estes dois conceitos. Neste sentido, a partir do século XIV, começaram a ser atribuídos às armas – e às figuras heráldicas em geral – significados de natureza simbólica. Deve ter-se em conta, ao avaliar tal fenómeno e ao tentar interpretar o significado de certas armas, que pode haver a sobreposição de diversas estruturas significadas num mesmo significante: a heráldica, justamente porque passou a ter como principal objectivo traduzir a perpetuação de uma determinada estrutura social (outro objectivo, não menos importante, era o de identificá-la), funcionava por sobreposição, ou melhor, por aglutinação.

Assim, pelo seu carácter fixo, hereditário e universalmente reconhecível, ainda que não forçosamente identificável de imediato, as armas tornaram-se na forma por excelência de manutenção da memória da linhagem. Será interessante, nesse sentido, estabelecer uma comparação com a escrita: ambas funcionavam como código visual cujos signos não pos-



Ilustração 1

**Pedra de armas do
palácio dos Marqueses
de Fronteira, em
Benfica, retirada de um
prédio de rendimento
que a família possuía no
Rossio.**

*Fotografia de Tiago
Molarinho*

suíam leitura óbvia, mas faziam sentido quando se conhecia a respectiva sintaxe e gramática: o signo heráldico definia-se não apenas por si, isto é, pelo seu conteúdo específico, mas também em relação com o conjunto dos demais signos heráldicos. É por isso que as leituras puramente simbólicas raramente resultam: um escudo com um leão não vale apenas (e poderá não valer mesmo) pelos aspectos simbólicos associados a esse animal (como nobreza, força, coragem, realeza, etc.) mas sobretudo pela forma como se insere e relaciona com os outros emblemas em circulação no passado e na mesma época, quer os que ostentam figuras semelhantes, quer os que carregam figuras diferentes ou mesmo oponíveis. E se tal inter-relação se verificava no que toca às componentes internas do escudo de armas – esmaltes, partições, figuras – não obstante a sua função primordialmente identificativa, mais ainda valeria para o conjunto dos elementos exteriores, cuja função era essencialmente a de transmitir ao observador uma caracterização hierárquica do detentor das armas, recorrendo a diversas escalas de recursos codificados (elmos, coroas, insígnias de dignidade, ordens religiosas ou honoríficas, etc.)²⁸. Por este conjunto de características, a heráldica encontrou-se ligada de forma intrínseca e contínua à construção da memória das famílias. Nutriu por isso, também, uma relação especial com os espaços que, a seu modo, constituíram outro instrumento de definição e manutenção da identidade linhagística.

HERÁLDICA NA CASA SENHORIAL LISBOETA

Os emblemas heráldicos serviam pois como instrumentos de construção, renovação, confirmação e manutenção da identidade e da memória pessoal e familiar. Afigura-se importante compreender que tal contributo extravasava largamente uma dimensão abstracta e porventura simbólica das armas: para além dessa natureza, os emblemas heráldicos dependiam de manifestações concretas, de natureza plástica. Era por via dessas manifestações que a heráldica actuava efectivamente como código visual dotado de impacto sobre a sociedade. Mais do que meras expressões materiais de emblemas abstractos, as manifestações concretas das armas constituem pois o cerne do fenómeno heráldico, que é na sua essência um processo comunicacional.

Parece portanto natural que os emblemas heráldicos tenham desde cedo vindo carregar – para usar uma expressão da armaria – o património considerado como fundamental pela própria família e com o qual esta pretendia vincar uma relação de posse ou de ostentação, que passava preferencialmente pela exibição de sinais de identificação e reconhecimento. A aposição de emblemas heráldicos num bem imóvel ou num objecto prestigioso vinha, de certo modo, alterar a natureza destes, na medida em que, para além da sua utilidade e morfologia, tais bens passavam a incorporar um elemento identitário da família. Até



Ilustração 2
**Portal armoriado do pa-
lácio dos Marqueses de
Fronteira, em Benfica.**
*Fotografia de Tiago
Molarinho*

ser eventualmente removido, tal elemento passava a *fazer parte* do bem, o que implicava que este adquiria, por sua vez, por via da presença das armas, o carácter de sinal identitário da linhagem.

Daí a importância da presença da pedra de armas no edifício considerado como solar de uma família: não como simples ornamentação ou ostentação (embora estes efeitos pudessem ser também desejados e alcançados), mas sim com um certo carácter de epifania. Mais do que para identificar, a pedra de armas servia para transformar a construção em sede simbólica da linhagem. O edifício, quaisquer que fossem as suas dimensões, a sua história, o seu enquadramento, ficava assim nobilitado e tornava-se lugar de memória. Por isso o hábito, tão arreigado em Portugal, de retirar a pedra de armas de uma casa quando esta saía da posse da família; e, bem assim, de voltar a colocá-la naquela que serviria de centro material e simbólico da linhagem (Ilustração 1). Daí também o costume de assinalar um período de luto tapando a pedra de armas com um pano preto, como ainda hoje se vê fazer: manifestação mais eficaz que qualquer iniciativa individual, na medida em que assinala que o emblema e o edifício, representando o conceito e o conjunto da família, presente e passada, comungam da perda e exprimem-na aos olhos de todos²⁹.

Assim, a função do marco heráldico consistia em assinalar, antes de mais, a propriedade e identificação da casa àqueles que passassem diante dela ou nela viessem a entrar.



Ilustração 3
Portal armoriado do
palácio do Correio-Mor
em Loures.
Fotografia de
Tiago Molarinho

Porque a presença de uma pedra de armas não se justificava apenas como expressão de prosápia familiar, servia também para assinalar de forma visível o carácter nobre da construção em que era aposta. Pode mesmo afirmar-se que era a colocação de uma pedra de armas que transmutava o respectivo edifício em *casa nobre* ou, como se dizia primitivamente, *honrada*. Assim, uma casa provida de pedra de armas e intrinsecamente associada à respectiva estirpe tornava-se no seu centro figurado: o seu *solar*, berço real ou imaginário da linhagem. Daí decorria a importância da escolha do lugar que o elemento heráldico viria a ocupar no edifício: o critério de visibilidade desempenhava um papel primordial, somando-se-lhe outros factores simultaneamente práticos e simbólicos, como a centralidade e a elevação, ou simplesmente a articulação com factores urbanísticos como o enfiamento de ruas e a valorização do efeito de perspectiva (mesmo que, para tanto, fosse necessário colocar a pedra de esquina, num cunhal)³⁰.

De uma forma geral, nota-se também, no exterior, a preferência por espaços de transição: mais uma vez, conjugam-se nesse âmbito os aspectos simbólicos e práticos de delimitação entre o espaço público e aquele que pertence à família armigerada³¹. Assim, os portais atraem naturalmente a presença heráldica: seja quando dão acesso a pátios (Ilustração 2), delimitando assim um espaço aberto ao olhar mas de ingresso limitado, de forma a promover um campo intermédio entre vivência pública e privada, por vezes com notório efeito cenográfico



(Ilustração 3)³²; seja quando se encontram incorporados em fachadas, de que constituem o elemento arquitectónico principal (Ilustração 4). Mesmo quando assume uma dimensão diminuta, em completa desproporção em relação à fachada em que se insere, como acontece no palácio dos Condes da Ega (Ilustração 5), a pedra de armas não deixa de marcar o espaço de acesso à casa, identificando em simultâneo a família detentora daquele património. Por questões de simetria ou de visibilidade, a pedra de armas pode ser directamente inserida na parede da fachada, de preferência acima do portal, entre duas janelas centrais (palácio dos Viscondes de Barbacena, ao campo de Santa Clara); pode também figurar num frontão (palácio dos Marqueses da Ribeira Grande, à Junqueira) ou mesmo, como se viu, num cunhal (palácio dos Senhores de Alconchel, vulgo Flor da Murta, ao Poço dos Negros).

Uma casa senhorial pode ainda ostentar mais do que uma pedra de armas, seja pela existência de portões laterais (Ilustração 6), seja ainda pela alteração da rede viária: é o caso do palácio dos Marqueses de Olhão, em Xabregas: o principal portal armoriado ornamenta a fachada voltada para terra, por onde passava a antiga azinhaga de acesso, ao passo que na fachada que deitava para o rio – hoje em dia, aquela que deita para a rua – apenas figura uma pedra de armas de reduzidas dimensões (Ilustração 7).

Pelo conjunto de razões atrás aduzidas, a pedra de armas de um edifício deve considerar-se como *acto visual performativo*, na medida em que é a sua própria presença que



Ilustração 4
Portal armoriado da
fachada do palácio dos
Condes de Óbidos.

Fotografia do autor

Ilustração 5
Pedra de armas da
fachada do palácio dos
Condes da Ega.
Fotografia de
Tiago Molarinho



Ilustração 6
Pedra de armas do por-
tal lateral do palácio dos
Marqueses de Pombal, à
Rua Formosa.
Fotografia de
Tiago Molarinho



confere àquele a natureza de *casa senhorial* ou, mais ainda, *solar* de determinada família. Daí decorrem, portanto, a importância da sua localização no edifício ou em espaços contíguos, mas também a importância da escolha dos seus elementos compositivos, em dois níveis distintos e complementares. No interior do escudo, a escolha das armas figuradas constituía manifestação de direitos referentes a determinado património simbólico e concreto que a linhagem pretendia deter e encarnar³³; ambas estas dimensões (simbólica e concreta) encontram-se aliás amiúde sintetizadas em união estranha aos nossos conceitos contemporâneos, uma vez que a própria noção de linhagem presumia o prolongamento da presença dos mortos (e dos seus direitos) na vida quotidiana dos seus sucessores, tanto em tempos medievais como modernos³⁴. Esta relação intrínseca da heráldica com a afirmação e concretização de direitos fazia com que o mesmo indivíduo pudesse usar armas diferentes conforme as circunstâncias ou o espaço a que elas se destinavam; assim, por exemplo, nas propriedades componentes de um vínculo, verificava-se a obrigatoriedade da presença das armas da linhagem fundadora, as quais podiam permanecer omissas noutras manifestações do mesmo armígero³⁵.

No interior da casa senhorial, as razões para a presença heráldica relacionavam-se com motivos de ordem semelhante aos que estão na base da sua aposição no exterior. Na



Ilustração 7
Pedras de armas do palácio dos Marquês de Olhão, em Xabregas.

Fotografia de
Tiago Molarinho

verdade, as manifestações heráldicas dentro de portas prolongavam e amiúde completavam as de fora. Naturalmente, a variedade de suportes materiais, relacionados com as artes decorativas, podia atingir, nos espaços interiores, um carácter exuberante. Ainda que seja, hoje em dia, difícil termos a noção exacta do que seria a dimensão heráldica na decoração dos palácios lisboetas, por manifesta escassez de “interiores autênticos”³⁶. Mesmo assim, conservam-se alguns vestígios materiais dessa dimensão, sobretudo os que se inserem na categoria de arte decorativa aplicada.

Sem surpresa, tais vestígios concentram-se nos espaços mais frequentáveis pelos visitantes em geral e também mais ligados a práticas de aparato: o átrio, onde ocorrem em pintura no tecto ou em azulejos (como no palácio dos Marquês de Lavradio ao Campo de Santa Clara); a escadaria, onde tanto podem figurar em pedra de armas a encimar o portal, como em estuque ou pintura no tecto e pilastras (Ilustração 8); a *sala vaga*, em que aparecem com frequência como tema central ou único da pintura do tecto (Ilustração 9); ou em outras salas de aparato, em que tanto podem figurar na decoração do tecto como, mais raramente, em painéis de azulejos (Ilustração 10). A presença heráldica pode ainda abranger os espaços contíguos à casa, nos seus jardins e nas construções aí disseminadas³⁷. Os vestígios hoje observáveis não devem contudo ser considerados suficientes para uma



Ilustração 8
Escadaria do palácio dos
Marqueses de Pombal,
à Rua Formosa, com três
géneros de manifesta-
ções heráldicas: pedra
de armas a encimar
o portal, escudos nos
capitéis das pilastras e
esculturas heráldicas
autónomas.

*Fotografia de
Tiago Molarinho*

reconstituição completa da presença heráldica no interior da casa senhorial lisboeta, pois os elementos de arte aplicada eram completados por uma série de objectos armoriados, com os quais podiam até estabelecer uma relação complexa, formando um conjunto coerente que equivalia, no campo abstracto da armaria, às galerias de retratos de antepassados, como sucede com os painéis de azulejos do pátio do palácio dos Marqueses de Ponte de Lima³⁸ ou com as pinturas da sala vaga e da casa de jantar do palácio Cabral Metelo³⁹.

Estes dois últimos conjuntos, pela sua datação serôdia, chamam a atenção para o facto de as práticas heráldicas não se terem perdido nos tempos revolucionários da época contemporânea. Não obstante um preconceito que teima em persistir, a verdade é que o século XIX constituiu um período de profunda transformação da heráldica e não da sua decadência: ela apenas se transmutou para sobreviver, adaptando-se às novas circunstâncias políticas, sociais e económicas da sociedade constitucional, liberal, burguesa e industrial – como se seguisse a mítica declaração do Príncipe de Salina⁴⁰. Não surpreende, assim, que as casas senhoriais do período final da monarquia continuassem a exhibir profusos emblemas heráldicos nos seus interiores, como sucede, por exemplo, no palacete dos Condes de Vilalva, onde as armas se inscrevem em vidros de portas, estuques e talhas ornamentais dos salões. Nota-se, é certo, alguma contenção na aplicação de pedras de armas no exterior dos edifi-

cios, que talvez reflecta o contexto finissecular: tempos finais da monarquia, de acelerada difusão do ideário republicano e de profundas alterações do tecido social. Ou então, mais prosaicamente, a diminuição de frequência das pedras de armas poderá resultar do cuidado em evitar a aplicação do imposto criado em 1887, que incidia precisamente sobre este género de prática, considerada como exibição sumptuária⁴¹.

A reconstituição do património heráldico da casa senhorial lisboeta, inviável pelo mero estudo dos seus vestígios materiais, torna-se mais alcançável pela análise dos inventários orfanológicos existentes. Devem, neste campo, ter-se em mente as limitações heurísticas imanentes: a ausência de referências heráldicas em muitos destes róis não implica a inexistência que tal género de património, antes revela apenas que o arrolador, por razões hoje dificilmente reconstituíveis, entendeu não o consignar nas suas descrições. Pode também ter existido preferência por consignar a natureza armoriada de objectos dotados de maior valor (como a prataria), naturalmente sujeitos a uma descrição mais circunstanciada, omitindo tal característica no caso de peças de menor valia. Com consciência de tais restrições, revela-se todavia possível estabelecer uma tipologia dos objectos armoriados elencados por este género de fontes.

Antes de mais, impressiona a quantidade de prataria armoriada patente nos inventários das casas senhoriais lisboetas. É consabido o valor de aparato de que, para além da mera utilidade prática, se revestiam as pratas na construção da imagem de opulência e nobreza de uma casa. As circunstâncias de encomenda de prataria armoriada evidenciam até que ponto a aposição dos sinais heráldicos podia considerar-se fundamental para a valorização dessas mesmas peças⁴². Não espanta, portanto, que nos inventários estudados as pratas figurem em lugar destacado, consolidando-se como os objectos armoriados mais presentes e de tipologia mais variada. Os exemplares inventariados podem distribuir-se pelas categorias seguintes:

- objectos de mesa ou de cozinha: açucareiros, bandejas, bilhas, boleiras, bules, cafeteiras, caldeiras, canoas, chocolateira, colheres, confeiteiras, copos, escalfadores, escumadeiras, facas, faqueiros, flamengas, fogareiros, frascos, fruteiros, galhetas, garfos, gomis, jarros, leiteira, mostardeiras, naus, platós, potes, pratos (de guardanapo, de trinchar, de cortar, flamengos, pequenos, pires), saleiros, salvas, sopeiras, talheres, terrinas, tigelas;
- objectos de iluminação: candeieiros, castiçais, serpentinhas, tesouras de espevitar luzes, tocheiros;
- objectos de higiene: bacias de barba, bacias ou jarros de água-às-mãos, bispotes, caixas para sabonete, cuspideiras, xícaras para sangrias;
- objectos litúrgicos ou devocionais: cálices, cruzes, galhetas, patenas;



Ilustração 9
Pintura heráldica do tecto da sala vaga do palácio dos Correios-mores, em Loures.

Fotografia de Tiago Molarinho

Ilustração 10
Azulejos armoriados do
palácio dos Marqueses
de Tancos.
fotografia de
Tiago Molarinho



– objectos decorativos: placas armoriadas⁴³.

Deduz-se que as peças de prataria armoriada deviam espalhar-se pela casa, com especial concentração nos espaços destinados à comensalidade. Pela mesma ordem de motivos, registam-se igualmente, embora em número muito inferior ao da prataria, as peças de porcelana armoriada⁴⁴.

Em segundo lugar pela sua frequência, aparecem as referências a tecidos armoriados, basicamente representados pelas denominações seguintes: reposteiros, porteiros e panos de porta, por vezes com indicação do tecido (veludo, lã, pano, seda, lona) e da aplicação das armas em bordado, além de mencionarem ocasionalmente as cores predominantes (azul, verde, vermelho) ou secundárias (geralmente o facto de serem agaloados a ouro), dosséis, sanefas e telizes. Embora as categorias arroladas sejam escassas, verifica-se que o uso de panos armoriados, sobretudo reposteiros, parece recorrente nas casas senhoriais lisboetas, e que os mesmos se apresentavam amiúde em conjuntos numerosos, dando assim a entender que poderiam estar presentes em diversos cômodos da casa.

O mobiliário apresenta, por sua vez, algumas peças recorrentemente armoriadas, sobretudo nas menções a assentos, cadeiras, canapés, espaldares e tamboretos denominados de sola ou de couro (por vezes especificado como sendo “do Brasil” ou “de Moscovia”). Mais raras são as referências a espelhos (por vezes ditos “de toucar”)⁴⁵; e, isoladamente, arrolam-se bancas⁴⁶, uma “banquinha de estrado”, uma “caixa de marmota”, um relógio⁴⁷. Em

mobiliário de campanha, a heráldica desempenhava um papel claramente identificativo do proprietário; assim, no inventário de Manuel António de Sousa e Melo, vários itens se apresentam armoriados: “seis cadeiras de madeira de bordo, dobradiças para campanha com assentos de moscovia e pregaria dourada com as armas da caza do defunto”, “huma cama de madeira [...] que serviu de campanha com sua cacha pintada de verde e armas do defunto” e mesmo “dois colchoens de tré riscado de azul, cheios de lan e com seus traveceiros e suas malas de lonas com as armas da Caza”⁴⁸.

Os inventários mencionam igualmente a presença de indumentária ou adereços pessoais armoriados, tais como uniformes (incluindo capacetes e bolsas) e hábitos de familiar do Santo Ofício (nestes casos, respectivamente, com heráldica régia e da Ordem de São Domingos), vestimentas litúrgicas e breviários⁴⁹, fivelas, bengalas, cadeias para relógio e pares de pistolas. Um lugar à parte deve reservar-se para a menção de sinetes, naturalmente armoriados e por vezes descritos com minúcia, bem como para os anéis de armas; em ambos estes casos, encontramos-nos perante *objectos de memória* por excelência, dotados de intrínseco significado como transmissores da memória familiar. Quando não como prova física da pertença a determinada linhagem ou da primazia em relação a outros ramos. Por fim, embora não se situem propriamente no âmbito da decoração das casas senhoriais, os inventários mencionam ainda a presença da heráldica nos meios de transporte arrolados, nomeadamente carruagens, traquitanas e seges de boleia; trata-se, mais uma vez, de uma exibição pública em objectos de prestígio, num uso aliás por vezes referido expressamente nas cartas de brasão de armas.

Do mapeamento da decoração heráldica traçada com base nos vestígios sobreviventes e nas descrições dos inventários orfanológicos, transparece uma imagem de profusão heráldica. Nem umas nem outras fontes permitem, contudo, uma plena reconstituição dos usos heráldicos na casa senhorial lisboeta. Em primeiro lugar, porque são omissas em relação às aplicações dadas aos objectos armoriados: tais usos poderão encontrar-se noutro género de documentos descritivos ou iconográficos, que valerá a pena confrontar para este efeito⁵⁰. Em segundo lugar, porque existe toda uma série de bens armoriados que, talvez por serem considerados corriqueiros, não eram mencionados; é o caso, por exemplo, do vestuário armoriado dos criados das Casas⁵¹ ou dos livros dotados de marcas de posse armoriadas⁵². Deste modo, para uma plena compreensão da presença heráldica na casa senhorial, as decorações e os objectos armoriados devem também ser entendidos em função dos seus usos concretos, quer sejam de natureza ritualística, ostentativa ou simplesmente quotidiana. Mais uma vez, a heráldica, longe da sua imagem plasmada tradicional, ganha em ser entendida como instrumento de comunicação social – um instrumento particularmente activo e

multifacetado.

Sem desprimor das limitações heurísticas referidas, não pode restar qualquer dúvida acerca da abundância de emblemas heráldicos na casa senhorial, mais ainda no seu interior que no seu exterior. O que é natural, na medida em que ser nobre, no Antigo Regime, dependia em parte de parecê-lo. E, estando a heráldica intimamente ligada, na mentalidade da época, à condição nobiliárquica, a proliferação de decorações armoriadas na casa senhorial aparece como um factor intrínseco a essa sua natureza ou condição.

Em conclusão, a heráldica marca uma presença constante na casa senhorial, de cuja decoração constitui não apenas um apêndice de propósito identificador, mas antes dotado de funda carga significativa. Quer no exterior, quer no interior, a presença da heráldica afigura-se assim imprescindível para a definição da identidade nobiliária do edifício. Mas com matizes importantes: no exterior, a heráldica tende a concentrar-se num número limitado de manifestações, concentradas em locais proeminentes e simbólicos; ao passo que no interior se verifica maior diversidade de heráldica em elementos de decoração aplicada, a que se soma uma verdadeira exuberância de objectos armoriados.

Tal profusão levanta uma série de questões a que não é possível responder no presente artigo, mas que aqui ficam formuladas. Antes de mais, conviria estudar a relação que se estabelece entre estes objectos armoriados e os usos que lhes eram dados, isto é, compreender em que medida tais objectos se associavam a comportamentos ritualísticos ou quotidianos, eles próprios considerados como típicos do estatuto de nobreza (nos seus diversos graus). Em segundo lugar, a abundância destas presenças heráldicas implica questões referentes à sua integração no espaço e interacção mútua: formariam conjuntos coerentes pela absoluta uniformidade? Ou, pelo contrário, assentavam numa diversidade que, devidamente descodificada, permitiria traçar uma espécie de personalidade histórica da linhagem?

Importa recordar, de qualquer modo, que o fenómeno heráldico é, na sua essência, um acto de comunicação e, como tal, os emblemas heráldicos encontram-se sujeitos a diversificadas recepções. Estas podem variar consoante a permanência cronológica dilatada do mesmo sinal heráldico, tendo também em conta as possíveis alterações de enquadramento social e cultural dos espaços, edifícios ou objectos em que se verifica este mesmo sinal. É importante, neste âmbito, procurar compreender a quem se destinavam as imagens heráldicas: por exemplo, na sua eventual utilidade para a construção e a manutenção de uma auto-consciência linhagística (como sinais observados, identificados e transmitidos dentro da família); ou o seu uso como instrumento de afirmação frente a terceiros, dependendo neste caso de variados factores que condicionavam a exposição, o uso e a percepção dos sinais heráldicos. Neste sentido, revela-se importante o entendimento

das manifestações heráldicas como documento integral que funciona como forma de auto-representação e de comunicação, conferindo uma mensagem e um sentido concretos aos objectos e aos espaços em que se insere.

NOTAS

¹ Quero agradecer aos coordenadores do Projecto, Isabel Mayer Godinho Mendonça e Hélder Carita, terem-me lançado o desafio para integrá-lo com esta dimensão heráldica; devo igualmente os mais vivos agradecimentos aos bolseiros do mesmo projecto, que colocaram à minha disposição as referidas fontes patrimoniais e iconográficas (Tiago Molarinho Antunes e Alexandre Lousada) e documentais (Lina Oliveira).

² Projecto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (sécs. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”, com sede no Instituto de História da Arte/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, referência PTDC/EAT-HAT/112229/2009. Felizmente, contudo, o panorama universitário parece estar a alterar-se nos últimos anos, como se pode observar pela lista de projectos actualmente em curso, dotados de uma dimensão heráldica: “A heráldica portuguesa (séculos XV - XVIII): um código de representação social e política” projecto de pós-doutoramento desenvolvido desde 2011 no Instituto de Estudos Medievais e no Centro de História de Além-Mar (ambos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa); “BAHIA 16-19. Salvador da Bahia: American, European and African forging of a colonial capital city” (financiado por Marie Curie Actions; CHAM/FCSH/UNL, MASIPO/EHESS, UFBA); “Iluminura hebraica em Portugal durante o século XV / Hebrew illumination in Portugal during the 15th century” (financiado por FCT; Instituto de História da Arte/ Universidade de Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benvenistes”, IEM/FCSH/UNL); “Na Privança d’el-Rei. Relações Interpessoais e Jogos de Fações em torno de D. Manuel I” (financiado por FCT; CHAM/FCSH/UNL); “Arquivo da Quinta das Lágrimas – Família Osório Cabral de Castro” (financiado por Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Inês de Castro, CLEGH/ULL); “Digital Library: Tiles and Ceramics on line” (financiado por FTC e FCG; IHA/UL); e “Inventários de arquivos de família, sécs. XV-XIX: de gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno” (financiado por FTC; IEM/FCSH/UNL, Casa de Velázquez).

³ Retomo aqui, com algumas alterações, as considerações traçadas em SEIXAS, Miguel Metelo de – A heráldica nos arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória. In ROSA, Maria de Lurdes (org.). In *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar / Caminhos Romanos, 2012, pp. 449-462.

⁴ Cfr. BOUDREAU, Claire – *Traité de blason et armoriaux: pédagogie et mémoire*. In HOLTZ, Louis, PASTOUREAU, Michel e LOYAU, Hélène (dir.). – *Les armoriaux médiévaux*. Paris: Le Léopard d’Or, 1997, pp. 383-393.

⁵ SEIXAS, Miguel Metelo de – Qual pedra íman: a matéria heráldica na produção cultural do Antigo Regime. In *Lusiada. Série de História*. II-7 (2010), pp. 357-413.

⁶ LOSKOUTOFF, Yvan – *L’armorial de Calliope. L’œuvre du Père Le Moyne S.J. (1602-1671) : littérature, héraldique, spiritualité*. Tübingen: Narr, 2000.

⁷ SEIXAS, Miguel Metelo de – A heráldica em Portugal no século XIX: sob o signo da renovação. In

Análise Social. 202 – XLVII (2012), pp. 56-91.

⁸ Para todas estas referências, veja-se o ensaio bibliográfico patente em SEIXAS, Miguel Metelo de – Bibliografia de heráldica medieval portuguesa. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (ULL) / Caminhos Romanos, 2012, pp. 509-558.

⁹ Cfr. SAVORELLI, Alessandro – L'araldica per la storia : una fonte ausiliaria?. In PAOLI, Maria Pia (ed.). *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell'età moderna*. Roma: Carocci editore, 2013, pp. 289-315.

¹⁰ PASTOUREAU, Michel – *Les Armoiries*. Turnhout: Brepols, 1998, pp. 66-70.

¹¹ Ao contrário do que sucedeu com a sigilografia, a paleografia, a numismática, a epigrafia e outros desses ramos da História que o século XIX classificou como “ciências auxiliares”, cfr. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Working with medieval manuscripts and records: palaeography, diplomatics, codicology and sigillography. In MATTOSO, José et alii. *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 45-65.

¹² PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris: Bordes, 1979.

¹³ MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino - *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

¹⁴ Cfr. PASTOUREAU, Michel – *L'art héraldique au Moyen Âge*. Paris : Seuil, 2009; GADO, Francesca Fumi Cambi – Araldica e emblematika nelle arti figurative e decorative: lineamenti di metodologia interdisciplinare. In *L'identità genealogica e araldica. Fonti, metodologie, interdisciplinarità, prospettive*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali / Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 2000, vol. I, pp 181-202; e SAVORELLI, Alessandro – *Piero della Francesca e l'ultima crociata. Araldica, storia e arte tra gotico e Rinascimento*. Firenze: Le Lettere, 1999, especialmente o capítulo “Araldica, arte e storia”, pp. 5-27.

¹⁵ SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II. Subsídios para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; CORREIA, Ana Paula (coord.) – *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem. Actas do 2.º Colóquio de Artes Decorativas. 1.º Simpósio Internacional*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Centro Cultural e Científico de Macau / Escola Superior de Artes Decorativas, 2010, pp. 46-82; e SEIXAS, Miguel Metelo de – Art et héraldique au service de la représentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495). In SAVORELLI, Alessandro (coord.) – *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze-Pisa: Kunsthistorisches Institut in Florenz – Max-Planck Institut / Scuola Normale Superiore, no prelo.

¹⁶ SEIXAS, Miguel Metelo de – Interesse e perspectivas da heráldica para o estudo da casa senhorial. O caso lisboeta do palácio Cabral Metelo. In MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G – *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Nova de Lisboa / Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 2014, pp. 213-232.

¹⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Faustino - Los comienzos de la heráldica en España. In BRIÈRE, Pierre (Dir.) – *Mélanges offerts à Szabolcs de Vajay*. Braga: Livraria Cruz, 1971, pp. 415-424; MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino - Le début des emblèmes héraldiques en Espagne. *Armas e Troféus*. V série, tomos III e IV (1982-1983) pp. 7-48; veja também PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo - El Estudio de las Armerías en España. Comentarios y bibliografía. *Armas e Troféus*. IX série (2000/2001) pp. 263-314.

- ¹⁸ Cfr. síntese em SEIXAS, Miguel Metelo de – Bibliografia..., cit.
- ¹⁹ MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino - Le début des emblèmes..., cit., pp. 7-48.
- ²⁰ SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo - Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da família heráldica das bandas. *Armas e Troféus*. IX série (2008) p. 53-96.
- ²¹ Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo - Elementos de uma cultura visual e dinástica: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (coord.) – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos, 2014, pp. 257-284.
- ²² O que poderá implicar certa discrepância entre nome de família e armas, a adopção destas precedendo por vezes a daquele. Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Sosas *Chichorros* e Sosas de *Arronches*: um enigma heráldico. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos / Caminhos Romanos, 2012, pp. 411-445.
- ²³ Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «E tragam as armas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado de D. Álvaro da Costa e de sua descendência: uma estratégia de comunicação? In *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar, 2013, pp. 319-342.
- ²⁴ Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- ²⁵ Sobre a relação da linhagem com uma dimensão sacramental, sobretudo por via de instituições pias para o “bem da alma”, e ocupação do espaço sagrado, veja-se ROSA, Maria de Lurdes – *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012, principalmente o capítulo IV, “As capelas de leigos na Lisboa tardo-medieval: enquadramento devocional e características do processo de instituição das «almas herdeiras»”, pp. 341-688.
- ²⁶ HABLOT, Laurent - L'héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?. In AURELL, Martin (dir.) – *Actes du colloque Chevalerie et Christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 211-233.
- ²⁷ MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino - *Los emblemas heráldicos...*, cit.
- ²⁸ SEIXAS, Miguel Metelo de – Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.) – *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Direcção Geral de Arquivos, 2012, pp. 1-37.
- ²⁹ Sobre os usos funerários heráldicos em Portugal, veja-se SÃO PAIO, Marquês de – A heráldica nos usos e costumes funerários. *Armas e Troféus*, 2.^a série VI-2 (1965), pp. 220-230.
- ³⁰ SEIXAS, Miguel Metelo de – O significado das pedras de armas de esquina. *Olisipo*, II- 13 (2000), pp. 145-148.
- ³¹ Não existe nenhum inventário sistemático das pedras de armas em palácios lisboetas. Os dois repertórios que existem apresentam apenas alguns casos, escolhidos a esmo, sem fornecer uma análise ou interpretação geral. Cfr. MELO, José de – *Pedras de armas que ainda existem nalgumas casas de Lisboa e seus arredores*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1945-1946; e LEÃO, Luiz Ferros Ponce de – *Portas e brasões de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, s.d.

³² Note-se que, no caso dos Correios-mores do Reino, a fórmula usada no palácio de Loures – um portal armoriado que delimita o acesso ao pátio monumental – se repete, com notória plasticidade, no palácio citadino, entre a Sé e o sítio das Pedras Negras.

³³ Sobre este conceito e sobre a operacionalidade da heráldica no Antigo Regime, veja-se SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «Privilégios não valem sem serem expressos» A casa da Praça em Óbidos: um caso de heráldica de família nos finais do Antigo Regime. *Dislivro Histórica*, n.º 2 (2009), pp. 225-279.

³⁴ Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – Mortos «tidos por vivos»: o tribunal régio e a capacidade sucessória das «almas em glória». In *Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do império*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2010, pp. 13-44.

³⁵ Cfr. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; SEIXAS, Miguel Metelo de – Sigilografia, sociabilidade e representação do poder: um sinete de Alexandre de Gusmão. In VALE, Teresa Leonor (coord.) – *Diplomacia e Transmissão Cultural*. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, no prelo.

³⁶ Retomo o conceito formulado por BASTOS, Celina; FRANCO, Anísio – Para memória futura: interiores autênticos em Portugal. In MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G. – *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Nova de Lisboa / Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 2014, pp. 69-103.

³⁷ Podendo a heráldica funcionar aí como elemento decorativo central, como é o caso do jardim suspenso do palácio da Mitra, em que o lugar proeminente é ocupado por um vasto painel de azulejos com as armas do Patriarca D. Fernando de Sousa e Silva.

³⁸ PINTO, Segismundo Manoel Peres-Ramires – *A heráldica do Palácio da Rosa, em Lisboa*. S.l.: s.n., s.d.

³⁹ SEIXAS, Miguel Metelo de – Interesse e perspectivas da heráldica para o estudo da casa senhorial..., cit., pp. 213-232.

⁴⁰ SEIXAS, Miguel Metelo de – A heráldica em Portugal no século XIX..., cit., pp. 56-91.

⁴¹ A lei de 15 de Julho de 1887 pode ser consultada na *Collecção Official da Legislação Portuguesa. Ano de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, pp. 299-300. Esta legislação fiscal, que provocou o apeamento (e eventual destruição) de pedras de armas, foi alvo de crítica por parte de SAMODÃES, Conde de. *Os Brasões e os Títulos*. Porto: s.n., 1888, e de ORTIGÃO, Ramalho. “Os nossos brasões”, *Brasil Portugal*, n.º 25, 1900 (texto depois incorporado em *Obras Completas de Ramalho Ortigão. Folhas Soltas. 1865-1915*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1956, pp. 283-289). Sobre a confusa aplicação desta disposição legal, veja-se FIGUEIROA-RÊGO, João de – A «collecta sumptuária» e alguns aspectos da sua controversa aplicação. *Arquipélago. História*, 2.ª série-VII (2003), pp. 285-304.

⁴² Cfr. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; SEIXAS, Miguel Metelo de – Sigilografia, sociabilidade e representação do poder..., cit.

⁴³ Como as “quatro placas de prata lavradas grandes com as minhas armas irmãs” mencionadas por Tristão da Cunha Ataíde e Melo, 1.º Conde de Povolide, ANTT, *Arquivo da Casa dos Condes de Povolide*, Suplemento I: *Memórias do Conde de Povolide*, vol. I, n.º 13, rol de 1726, fl. 198v-199.

⁴⁴ Baldes, jogos de chá, jogos de mesa, pratos, saladeiras.

⁴⁵ Evidenciando a importância de personalizar o mobiliário com a aposição da heráldica, o 1.º Conde de Povolide menciona no seu inventário de 1726 “Dois espelhos e duas guarda-roupas de vidros de espelhos de Inglaterra de rais de nogueira, e tudo o que traziam, emtalhado pratiado e figuras lhe mandei por de prata, e nos espelhos muita mais prata e as minhas armas”. ANTT, *Arquivo da Casa dos Condes de Povolide*, Suplemento I: *Memórias do Conde de Povolide*, vol. I, n.º 13, rol de 1726, fl.

198v-199.

⁴⁶ “Duas bancas com pedra em cima matizadas de diversas cores e com as armas de Souza”, inventário do palácio do Conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha Menezes e Castro, ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra C, Maço 82, nº 6, fl. 81-81v.

⁴⁷ Ressalve-se porém que esta é uma das raras peças que não apresenta as armas do proprietário, mas sim as armas reais: “Hum relógio de mêza francês [...] em cima de esmalte preto na frente humas armas reais”. “Autos do inventário dos bens ficaram por falecimento do Ilustríssimo e Excelentíssimo conde de Soure, D. João da Costa continuado por seu irmão o Ilustríssimo e Excelentíssimo D. Joze da Costa, hoje também conde de Soure” (1796), ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra C, Maço 84, nº 4, fl. 33v-34.

⁴⁸ “Inventário dos bens que ficaram por falecimento do Excelentíssimo Manuel António de Sousa e Melo, Porteiro-Mor, continuado com a viúva sua mulher a Excelentíssima D. Maria Teresa Xavier Teles, abtida por lhe ficarem filhos menores”, ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra M, Maço 76, nº 8, fl. 12, 12v e 24.

⁴⁹ Caso específico do inventário de D. Tomás de Almeida, 1.º Patriarca de Lisboa, datado de 1754, que menciona “Huma vestimenta branca bordada de ouro com as armas de Sua Eminência” e diversos breviários com capa dotada de *super-libros*, ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra C, Maço 82, nº 1, fl. 14, 45v-46, 94, 100v-101.

⁵⁰ É o caso das crônicas e dos relatos de teor memorialista. Veja-se, por exemplo, as numerosas referências ao uso de objectos armoriados e mesmo de oficiais de armas na “Relação das festas que se fizeram no casamento do Duque de Bragança Dom Teodósio segundo com a senhora Dona Ana de Velasco filha do Condestável de Castela, escrita por Sebastião Lobo Vogado, moço de câmara do Senhor Dom Alexandre” (1603), BNP, Reservados, *Memórias da Casa de Bragança*, Cod. 1544, fls. 195v – 250v.

⁵¹ Cfr. PINTO, Segismundo; SEIXAS, Miguel Metelo de; ROQUE, Isabel – *Botões de libré portugueses armoriados*. Tomar: Câmara Municipal de Tomar / Academia Portuguesa de Ex-Líbris / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2003.

⁵² Sobre as relações entre o livro e a heráldica, veja-se DESACHY, Matthieu (dir.) – *L'héraldique et le livre*. Paris: Somogy, 2002.